

O objetivo geral deste estudo é discutir os sistemas de acreditação em vigor nas agências de controle do Brasil e de Portugal, com base em atuação no ensino superior. Complementarmente, pretendem-se dois objetivos específicos que ampliam a abordagem do estudo: a) identificar os principais mecanismos de garantia da qualidade em uso pelas IES; b) comparar os instrumentos públicos de avaliação e acreditação de ciclos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em Portugal, e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil.

**Cleber Augusto Pereira
Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araujo
Maria de Lourdes Machado-Taylor**

Accreditation of higher education in lusophone countries: reflections and practices in Portugal and Brazil

Accreditation of higher education in lusophone countries: reflections and practices in Portugal and Brazil

CLEBER AUGUSTO PEREIRA*

JOAQUIM FILIPE FERRAZ ESTEVES DE ARAUJO**

MARIA DE LOURDES MACHADO-TAYLOR***

Resumo

Este artigo propõe o estudo da qualidade do ensino superior em Portugal e no Brasil. Os objetivos são discutir os sistemas de acreditação em vigor nas agências e comparar os instrumentos públicos de avaliação e acreditação de ciclos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em Portugal e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil. A metodologia utilizada baseou-se em dados secundários e documentais coletados das agências, realizando-se análise qualitativa com base nas categorias de avaliação. Os resultados demonstram que a atuação das agências tem apresentado similaridades em seus mecanismos de garantia, mesmo considerando-se sua distância geográfica e políticas educacionais distintas. As contribuições assentam na confrontação das metodologias de acreditação em uso pelas agências e na análise quanto à forma de validação das políticas de qualidade no ensino superior.

Palavras-chave: Agências de acreditação. Ensino superior. Acreditação e avaliação. ENADE. A3ES.

* Mestre em Inteligência Artificial pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Doutorando em Administração Pública pela Universidade do Minho, Portugal; Professor na Universidade Federal do Maranhão; Email: kcleber@gmail.com .

** Ph.D. in Public Administration, University of Exeter, UK; Professor na Universidade do Minho, Portugal; Email: jfilipe@eeg.uminho.pt .

*** Ph.D. em Ciências Empresariais, Universidade do Minho, Portugal; Investigadora da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), Portugal; Email: lmachado@netcabo.pt .

Abstract

This article proposes a study of the higher education quality in Portugal and Brazil. The objectives are to discuss the current accreditation systems of public agencies and to compare the instruments of evaluation and accreditation of operating cycles of the Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education (A3ES) in Portugal and the National System of Higher Education Assessment (SINAES) in Brazil. The methodology used was based on secondary data and documents collected from agencies, leading to a qualitative analysis based on the evaluation categories. The results demonstrate that the performance of the agencies have shown similarities in their mechanisms of warranty even when considered their geographical distance and different educational policies. Contributions are based on the confrontation of the accreditation methodologies in use by agencies and the analysis on the form of validation of quality policies in higher education.

Keywords: Accreditation agencies. Higher education. Accreditation and evaluation. ENADE. A3ES.

1. Introdução

Antes de contextualizar o cenário de busca por qualidade e efetividade, faz-se necessária a problematização da competitividade contemporânea no ensino superior. Em tempos anteriores, as Instituições de Ensino Superior (IES) atuaram, por inúmeros anos, em um contexto de mínima competitividade, com a procura maior que a oferta. No cenário das IES públicas, o ingresso era uma conquista e, nas IES privadas, sempre havia interessados, sendo a concorrência com outras IES incipiente.

O cenário contemporâneo em países em desenvolvimento, como o Brasil, contemplou o surgimento de novas IES, além do aumento na oferta de novos cursos pelas existentes. Evoluiu a busca por competitividade das IES, em contraponto com a realidade de diminuição da demanda e busca no mercado pelos diferenciais competitivos na formação superior.

Essa nova realidade do ensino superior passou a exigir das IES a internalização de uma preocupação, antes focada exclusivamente no ensino, para uma nova visão de nível de serviços com competitividade e dinamismo que associasse o acadêmico, o administrativo e o mercadológico.

As IES começam a incorporar a necessidade de adaptar-se à nova realidade, almejando a conquista de padrões de excelência e qualidade. É preciso fornecer respostas cada vez mais rápidas e eficazes ao mercado numa perspectiva de atender às expectativas de seu público e às dos demais interessados, como stakeholders, comunidade, professores e alunos.

Na busca por excelência, a qualidade torna-se o fator diferencial para o destaque da IES e sua sobrevivência. Existem inúmeros fatores que devem ser cumpridos para a conquista da excelência e destaque público, desde

os padrões estabelecidos pelos órgãos governamentais de controle, acreditação e auditoria até diferenciais como gestão do curso, infraestrutura e produção do corpo docente.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é discutir os sistemas de acreditação em vigor pelas agências de controle no Brasil e Portugal com base na atuação no ensino superior. Complementarmente, estabeleceu-se um conjunto de dois objetivos específicos que ampliam a abordagem do estudo: a) identificar os principais mecanismos de garantia da qualidade em uso pelas IES; b) comparar os instrumentos públicos de avaliação e acreditação de ciclos em funcionamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em Portugal, e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil.

1.2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa descritiva, por buscar descrever o fenômeno social da avaliação e acreditação do ensino superior com base na atuação das agências de avaliação no Brasil e Portugal. Buscou-se o “what is”, previsto por Knupfer e McLellan (1996, p. 1197) retratando “o que existe hoje e agora em relação a um problema ou fenômeno” (MERTENS, 1998, p. 174). Foi realizada ainda uma análise correlacional, por objetivar encontrar e avaliar as relações entre as variáveis, aqui representadas pelos países e agências (ANDERSON, 1999; MELTZOFF, 1998).

Para a comparação, foi realizado um estudo dos critérios de avaliação dos cursos superiores, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Brasil e das diretrizes da A3ES em Portugal, baseando-se em dados documentais coletados destas agências.

Além das fontes de dados das agências, assumiram-se indicadores divulgados pelas bases de dados disponíveis on-line em Portugal: Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e da Ciência; do acesso ao ensino superior público da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e dos docentes do ensino superior.

2. Principais mecanismos de garantia de qualidade utilizados no ensino superior

Esta seção aborda a necessidade de técnicas mais refinadas para a garantia da qualidade e a devida necessidade de publicação de resultados nos meios de comunicação. Serão estudados os estilos utilizados na Europa e nos Estados Unidos e o modelo de avaliação no Brasil.

O Trabalho de Massy (1997, p. 3) prerroga a necessidade de técnicas mais refinadas para a garantia da qualidade no ensino superior e classifica-as em três categorias: acreditação, padrão utilizado nos EUA; avaliação, segundo o

estilo europeu; e, processo de revisão pelos pares, podendo ser denominado de Auditoria da qualidade do processo. As principais características destas três técnicas passam a ser discutidas nas próximas subseções.

2.1 Acreditação

A utilização do termo acreditação nos Estados Unidos reporta-se aos resultados de um processo público que tem como objetivo determinar se a IES atende aos padrões de qualidade estabelecidos. Pesquisadores afirmam que melhorar a metodologia do ensino pode melhorar os resultados na acreditação (PRINGLE; MICHEL, 2007; KELLEY; PINGSHENG; BEOM-JOON, 2010).

Segundo Massy (1997, p. 6), as características gerais do estilo de acreditação adotados pelos EUA: atua exclusivamente com a educação; a acreditação institucional é mais comum para os cursos de graduação; a acreditação compara o desempenho observado na IES em relação a padrões pré-definidos determinados pela agência de acreditação. Este processo avalia se os objetivos de uma instituição são apropriados para o grau ou nível em questão; Por executar uma função de certificação, deve ser realizada por uma agência externa à instituição.

O processo de acreditação é realizado em ciclos e tem como função assegurar que os padrões mínimos de qualidade são obedecidos pelas IES. O resultado do processo de acreditação tem a obrigatoriedade de ser publicado para execução da função de certificação (HEQC, 1994).

As agências de acreditação institucionais dos Estados Unidos, segundo Massy (1997, p. 7), tradicionalmente se opõem à divulgação completa, mas ressaltam a que a divulgação é necessária porque a confidencialidade prejudica a responsabilidade pública.

2.2 Avaliação

Avaliação ou Assessment, normalmente avalia a qualidade de atividades educativas específicas. Avaliação em geral utiliza alguns parâmetros de acreditação, combinando indicadores de desempenho, autoavaliação e revisão de pares. A combinação balanceada do uso de indicadores de desempenho e visita de avaliação às IES é desejada, embora, pela grande quantidade de IES, torna-se difícil de ser atendida.

A avaliação ocorre primeiramente em um curso ou programa específico para depois avaliar a IES como um todo. Como definido pelo Higher Education Funding Council for England (HEFCE, 1992), no Reino Unido, ocorrem avaliações separadamente para o ensino e a pesquisa. Mais recentemente, divulgou-se que principal objetivo é a produção de perfis de qualidade com base em: clareza, coerência, continuidade, credibilidade, eficiência, neutralidade, paridade e transparência (HEFCE, 2008).

As dimensões acadêmica, gerencial, pedagógica e com foco no mercado (BRENNAN; SHAH, 2000) são semelhantes às dimensões utilizadas pelas agências de acreditação que avaliam: corpo docente, coordenador, projeto pedagógico e infraestrutura dos cursos.

O processo de avaliação pode ser organizado pelo governo do país, por um consórcio institucional, ou pelas próprias IES. Massy (1997, p. 7) cita a Grã-Bretanha e Hong Kong, onde a qualidade do ensino é definida pela missão da IES e não se segue algum “padrão ouro” de excelência.

Para ocorrer a responsabilização institucional, é necessário que os resultados da avaliação sejam publicados e expressos de uma maneira que permita comparações entre as IES. O tempo dos ciclos de avaliação externa ocorre na faixa de cinco a dez anos, um pouco mais curtos que os ciclos de acreditação. Longos períodos de avaliação do ciclo aumentam custo de visitas e do grande número de unidades de avaliação (MASSY, 1997, p. 8).

2.3 Auditoria da qualidade e revisão dos processos

Dentro da auditoria de qualidade, a revisão dos processos de qualidade tem foco na análise da qualidade interna e na implantação de sistemas de melhoria dos processos. Estudos em diferentes regiões do mundo relatam que induzir a capacitação pode levar à melhoria do ensino e da aprendizagem nas IES (DILL, 2000a, 2000b; MASSY, 2005, 2010).

Estes procedimentos não avaliam a qualidade em si, concentrando sua atuação sobre os processos que são acreditados para produzir qualidade e os métodos que as IES utilizam para alcançar a qualidade.

Para Massy (1997, p. 8-9), a visão é que a qualidade do processo é fundamentada no princípio de que bons profissionais, trabalhando com recursos suficientes, e, de acordo com bons processos, irão produzir bons resultados, mas processos defeituosos poderão impedir, até os bons profissionais com recursos abundantes, de produzir resultados ótimos.

Assegurar a qualidade do processo deve acontecer internamente nas Instituições de Ensino Superior e, tornando-se contínuo, tende a melhorar a qualidade institucional, pois avaliam-se as ações e os resultados produzidos, permitindo a institucionalização das ações a serem tomadas para garantia da qualidade.

3. Análise da atuação das agências de avaliação e acreditação no Brasil e em Portugal

Esta seção caracteriza as agências nos países mencionados e apresenta um panorama do processo de avaliação e acreditação do ensino superior.

3.1 A acreditação das licenciaturas em Portugal

O processo de acreditação das licenciaturas em Portugal é bastante recente. A primeira legislação sobre avaliação do ensino superior em Portugal é datada de 1994 (Lei nº 38/94). Em sequência, deu-se a publicação do Decreto-Lei nº 74/06, que regulamenta os graus acadêmicos e diplomas do ensino superior e os princípios da acreditação que começaram a dar forma

à área. Em 2007, foram publicadas a Lei nº 38/07, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, denominada Lei da avaliação, e o Decreto-Lei nº 369/07, que cria e define os estatutos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Com a Lei nº 38/07, que aprovou o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior puderam ser elencados os parâmetros de avaliação de qualidade relacionados à atuação dos estabelecimentos de ensino superior e os resultados da atividade dos mesmos estabelecimentos, assim como os objetivos e princípios da avaliação, nomeadamente, a sua obrigatoriedade, incidência, formas e agentes de avaliação.

Nesta lei é que foram definidas as regras fundamentais para a avaliação interna, avaliação externa, para a intervenção de docentes, estudantes e entidades externas na avaliação, a internacionalização da avaliação, publicidade e difusão da informação e seus procedimentos.

3.1.1 A agência de avaliação e acreditação em Portugal: A3ES

Criada em 2007, a A3ES entrou em funcionamento em 2009. A primeira ronda de acreditações iniciou-se em 2010, tendo os guiões de avaliação e acreditação nas suas versões preliminares sido colocados em discussão pública, em julho de 2009, com as estruturas representativas das IES: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP) e das próprias IES, além de publicadas no site da A3ES (FONSECA, 2010).

O final do ano de 2009 e o início de 2010 corresponderam ao primeiro período de submissão de cursos à acreditação pela A3ES, iniciando-se os processos de acreditação dos cursos do ensino superior em Portugal (FONSECA, 2010).

O objetivo da próxima seção é proporcionar uma visão da avaliação no ensino superior no Brasil e demonstrar como é regulamentada no país.

3.2 Cenário de avaliação do ensino superior no Brasil

No Brasil, considera-se como ensino superior todos os níveis a partir da graduação, englobando-se a graduação, a pós-graduação e a extensão. Para efeito deste trabalho, será considerado apenas o nível superior com os cursos de graduação pelo fato de cada nível apresentar características educacionais diferenciadas.

3.2.1 Funcionamento do ensino superior no Brasil

O Ministério da Educação (MEC) apresenta em sua estrutura funcional o INEP como autarquia federal vinculada (INEP, 2010a, p. 1-3).

Dentro deste novo contexto, o Inep se tornou responsável por organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais e por desenvolver e coordenar sistemas e projetos de avaliação educacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino [...].

Ao INEP cabe a realização regular e periódica de levantamentos censitários e de avaliações nacionais, sempre apoiado no uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Ele passou a fazer parte do repertório das políticas nacionais de educação, convertendo-se em um dos principais mecanismos utilizados pelo governo federal para induzir mudanças nos sistemas de ensino e apoiar o aprimoramento da gestão educacional, em todos os níveis administrativos e de ensino (INEP, 2010a).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado através da Lei nº 10.861/04. É composto por três componentes principais: a avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno dos três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão (INEP, 2010b).

Os resultados das avaliações coordenadas pelo SINAES possibilitam um panorama da qualidade dos cursos e das IES no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

3.3 As comissões de avaliação do ensino superior no Brasil e Portugal

O quadro 1 apresenta uma descrição de como são elaboradas as comissões de avaliação do ensino superior nos países do estudo. A composição das comissões avaliadoras apresenta semelhança entre os países. Evidencia-se que, com a atuação da A3ES em Portugal, os procedimentos utilizados são publicamente divulgados e favorecem o processo de transparência pública, não ocorrendo o mesmo no Brasil.

Quadro 1 - Comparativo da formação das comissões de avaliação nas A3ES e SINAES

Atividade	A3ES (2011)*	SINAES (2007, p. 106-108)**
Competência para Composição da Comissão	Selecionados e nomeados pela agência	designados pela CONAES.
Características para seleção dos integrantes	- adequação do currículo e do perfil às funções a desempenhar. - assegurada a independência dos avaliadores em relação aos ciclos de estudos avaliados. - ao menos um dos integrantes deve ser recrutado internacionalmente.	- pertencentes à comunidade acadêmica e científica; - reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas; - portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.
Quantidade de membros	3 a 5	A quantidade e o formato das comissões depende do tamanho e do perfil da IES ou da organização acadêmico-administrativa, a critério da CONAES.
Código de Ética	Estabelece as normas relativas aos conflitos de interesse, confidencialidade e conduta dos avaliadores.	Não mencionado. As diretrizes de conduta são tratadas na capacitação dos avaliadores.
Quanto ao exercício de funções dos avaliadores	Estabelece claramente os domínios comuns a todos os membros e as responsabilidades específicas do presidente.	Não apresenta norma pública específica.

* Baseado nas Normas para a Avaliação Externa da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior A3ES (2011).

** Dados extraídos do Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2010b) Inep - Educação Superior – Sinaes – Instrumentos. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-instrumentos>;

Fonte: Elaborada pelos autores.

4. Resultados

Os resultados apresentam o processo de avaliação e acreditação no Brasil e em Portugal. No Brasil, já existem três ciclos de avaliação consolidados desde a implantação dos mecanismos de avaliação em 2004 (INEP, 2010b). A A3ES, que iniciou em 2010, efetivou a publicação dos primeiros resultados das acreditações no ano de 2011.

Para a definição dos instrumentos de acreditação pela A3ES, foi seguido predominantemente o modelo europeu de acreditação. Quando comparado ao modelo brasileiro, o modelo da A3ES inclui uma abordagem de mercado no tratamento da procura do curso pelos estudantes, fator bastante interessante e não suportado no modelo do Brasil.

Na mensuração dos resultados, o modelo da A3ES propõe a medição do “sucesso acadêmico da população discente” como fator de resultado e, quanto ao sucesso docente, é avaliado se “existem publicações científicas

do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos três anos e na área do ciclo de estudos” (FONSECA, 2010), fator que não é passível de investigação no modelo brasileiro.

A proposta de trabalho da A3ES engloba todos os níveis de acreditação do ensino no país, as Licenciaturas, Mestrados e Doutorados. No Brasil, pela sua maior área territorial e quantidade de habitantes, esta tarefa foi segmentada, ficando a gestão do ensino superior a critério do SINAES, que atua por meio do INEP.

Existe uma enorme dicotomia na população docente quando se compara Brasil com Portugal. Em 2013/2014, existiam 14.003 doutores nas universidades de Portugal¹, representando 56,6% do total de professores atuantes no ensino superior do país (DGES, 2009), enquanto a pesquisa Doutores 2010 realizada em 2008 no Brasil (VIOTTI, 2010) identificou 132.000 doutores no país.

Torna-se importante a atuação das agências de acreditação para o controle e estatísticas da realidade do ensino no país. Com a criação da A3ES, Portugal ganha qualidade no ensino superior, além de construir relatórios de acreditação que possam subsidiar programas de desenvolvimento de formação pelo país.

Notou-se ainda que, no processo de acreditação realizado pela A3ES, não é atribuída nota aos programas avaliados, como é realizado no Brasil. Em contrapartida, verificou-se que, durante a validação do processo de acreditação, o tempo de certificação concedido aos cursos variou entre um e cinco anos.

Os ciclos avaliativos do ENADE no Brasil ocorrem de três em três anos e, a cada ciclo, é aplicada uma prova aos discentes ingressantes e concluintes. A metodologia aplicada na concepção da prova utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI) que permite que, com um mesmo instrumento de avaliação e, pela atribuição de pesos distintos para os ingressantes e concluintes, avaliem-se todos os participantes. O resultado desta avaliação é posteriormente publicado em domínio público e somente os cursos que não atingirem a nota mínima três terão de submeter-se ao ciclo avaliativo externo. Não existe equivalência deste método nas licenciaturas em Portugal.

Para finalizar, o processo de acreditação no Brasil utiliza como termômetro inédito o desempenho dos alunos, medido por meio de prova obrigatória aos estudantes, o ENADE, que, de certa forma, não deixa de ser um fator redutor do trabalho de acreditação realizado pelo SINAES.

5. Conclusões

O trabalho apresentou as principais definições de qualidade e instrumentos utilizados para a sua garantia. Discutiu-se o processo de revisão pelos

¹ Fonte: Inquérito ao Registro Biográfico de Docentes do Ensino Superior, DGEEC/MEC - Dados atualizados em outubro de 2014. Disponível em: <http://w3.dgeec.mec.pt/dsee/al20132014/docentes/Painel07.asp>

pares durante o processo de auditoria externa. Os modelos de acreditação foram discutidos, com ênfase no modo como ocorrem os processos no Brasil, pelo SINAES e, em Portugal, pela A3ES.

Foram apresentados os pontos principais de atuação destas agências e a situação atual de desenvolvimento. O modelo brasileiro apresentou um ciclo de avaliação mais curto, demonstrando ainda que foi necessário instituir uma prova aos alunos dos cursos superiores. A aplicação deste instrumento permite ao SINAES a diminuição da avaliação externa, considerando-se que apenas os cursos que não tenham desempenho satisfatório deverão participar de avaliação externa.

No comparativo da efetividade, os instrumentos de avaliação em uso atualmente pelas agências no Brasil e em Portugal possuem inúmeros pontos em comum. Os resultados demonstram que a atuação das agências têm apresentado similaridades em seus mecanismos de garantia, mesmo considerando-se sua distância geográfica e políticas educacionais distintas.

Referências

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR (A3ES). **Normas de Avaliação Externa**. Portugal: A3ES, 2011. Disponível em: <<http://www.a3es.pt/sites/default/files/NormasAvaliacaoExterna2011.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

ANDERSON, G. Correlational research. In: ANDERSON, G., ARSENAULT, N. (Coord.). **Fundamentals of educational research**. London: Falmer Press Teachers Library, 1999, p. 111-118.

BRENNAN, J; SHAH, T. **Managing quality in higher education**. An international perspective on institutional assessment and change. Buckingham: Open University Press, 2000.

DGES, D. D. E. **Ensino superior público universitário, politécnico, militar e policial**. Lisboa: DGES/MCT, 2009.

DILL, D.D. Designing academic audit: lessons learned in Europe and Asia. **Quality in Higher Education**, v. 6, n. 3, p. 187-207, 2000a.

_____. Capacity building as an instrument of institutional reform: improving the quality of higher education through academic audits in the UK, New Zealand, Sweden and Hong Kong, **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and practice**, v. 2, n. 2, p. 211-234, 2000b.

FONSECA, M. Acreditação ano zero. **Os sistemas internos de garantia de qualidade das instituições de ensino superior em Portugal**. Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. A3ES, Portugal, 2010. Disponível em: <www.a3es.pt>. Acesso em: 6 ago. 2014.

HIGHER EDUCATION FUNDING COUNCIL OF ENGLAND (HEFCE). **Quality Assessment. Consultation Paper**. England, 1992.

_____. Research assessment exercise 2008: the outcome. **HEFCE**, Bristol, 2008. Disponível em: <<http://www.hefce.ac.uk/pubs/year/2008>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HIGHER EDUCATION QUALITY COUNCIL (HEQC). **Learning from audit**, London, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). A trajetória do Inep. São Paulo, 2010a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. **Sistema nacional de avaliação da educação superior: da concepção à regulamentação**. 4 ed. Brasília: INEP, 2007.

_____. **SINAES**. São Paulo, 2010b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>> Acesso em: 23 mar. 2014.

KELLEY, C., PINGSHENG, T., BEOM-JOON, C. A review of assessment of student learning programs at AACSB schools: a Dean's perspective. **Journal of Education for Business**, v. 85, n. 5, p. 299-306, 2010.

KNUPFER, N., MCLELLAN, H. **Descriptive research for educational communications and technology**. New York: Macmillan USA, 1996.

MASSY, W. F. Teaching and learning quality-process review: the Hong Kong programme. **Quality in Higher Education**, v. 3, n. 3, p. 249-262, 1997.

_____. Academic audit for accountability and improvement. In: BURKE, J. C. (Coord.). **Achieving accountability in higher education: balancing public, academic and market demands**. San Francisco: Jossey-Bass, 2005, p. 173-197.

_____. Education quality audit as applied in Hong Kong'. In: DILL, D. D; Beerkens, M. (Coord.) **Public policy for academic quality: analyses of innovative policy instruments**. Dordrecht: Springer, 2010, p. 203-225.

MELTZOFF, J. **Critical thinking about research – psychology and related fields**. Washington DC: American Psychology Association, 1998.

MERTENS, D. M. **Research methods in education and psychology: integrating diversity with quantitative e qualitative approaches**. London: Sage Publications, 1998.

PRINGLE, C., MICHEL, M. Assessment practices in AACSB-Accredited business schools. **Journal of Education for Business**, v. 82, n. 4, p. 202-211, 2007.

VIOTTI, E. B. **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2010.